

AB

António Borges & Associados, SROC

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO: 2014



1 - Introdução

A António Borges & Associados, SROC, com sede social em R. Professor Fernando da Fonseca 10-A Esc. 6, com um capital social de 30 000,00 €, tem como atividade principal Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2014.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da António Borges & Associados, SROC, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2014, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza do regresso aos mercados dos países intervencionados e pela desaceleração das economias americana e da generalidade das economias emergentes.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2014 um crescimento positivo de cerca de 3%, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,3%, contra os 4,7% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um abrandamento da atividade económica na ordem dos 0,9% (a economia americana fechou o ano de 2013 com um crescimento de 1,9%) e, na zona euro, este foi um ano de recessão ténue da economia rondando os 0,4%.

As previsões indicam que, para 2014, os EUA irão retomar o ritmo de crescimento de 2012 (2,8%) e a nível europeu, as expectativas para 2014 são de retoma económica, ainda que com um crescimento moderado, de cerca de 1%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e da dúvida sobre a resolução da crise, apesar dos progressos efetuados.

A economia chinesa tem sofrido um desaceleramento constante nos últimos anos, cifrando-se o PIB chinês de 2014 em níveis de crescimento iguais aos de 2012, ou seja, 7,7%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, estão também a abrandar o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos.

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego, pelo menos no que diz respeito aos países ocidentais. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 10,8% em Dezembro de 2013, embora ligeiramente superior na zona euro (12,0%), sendo que nos EUA este valor caiu para 6,7% (face aos 7,9% de 2012).

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. Contudo ao contrário de 2013, em 2014 o euro valorizou-se face ao dólar em cerca de 4,5%, sendo expetável que 2015 se mantenha esta tendência, ainda que com menor intensidade, conforme dados do Banco de Portugal.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 103,8% (101,6% em 2012), 92,7% na UE (90% em 2012) e 86,8% na zona euro (84,9% em 2012).

A fraca recuperação da economia mundial não permitiu uma melhoria nos mercados de trabalho, com o desemprego global em 2014 a chegar quase 202 milhões, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho. Nos EUA a taxa de desemprego cifrou-se nos 6,7%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2012. Já na Zona Euro em 2013, as taxas de desemprego mantiveram-se ao mesmo nível das de 2012, tendo-se fixando em 12% (Dezembro de 2013). As menores taxas de desemprego são observadas na Áustria, 4,9%, e na Alemanha, 5,0%, sendo as maiores na Grécia, 28%, e em Espanha, 25,8%. É importante realçar que uma das principais descidas deste indicador verificou-se em Portugal, país no qual a taxa de desemprego desceu de 17,4% no final de 2012 para 15,3% em Dezembro de 2013.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB durante 3 trimestres consecutivos, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

Contudo, continua a verificar-se a tendência de contração da procura interna, tanto pública como privada, ainda que com tendência menos acentuada do que em 2013. Apesar do crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

O quadro da crise da dívida soberana, na área do euro, e tendo em consideração os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, forçou o governo português a recorrer em 2011 ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que tem levado à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas

medidas têm tido um efeito negativo na economia real, no emprego, bem como na qualidade de vida das populações, reduzindo significativamente o rendimento disponível, originando na cena pública alguns momentos de agitação social.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2013 uma contração de 1,4% no PIB, representando uma melhoria face a 2012, ano em que se observou um decréscimo de 3%. Contudo, apesar do decréscimo verificado, no 4.º trimestre de 2013, o PIB registou, em volume, um aumento de 1,7% em termos homólogos, após uma redução de 0,9% no trimestre anterior, refletindo principalmente a recuperação da procura interna, que apresentou um contributo positivo para a variação homóloga do PIB de 0,1% (contributo negativo de 1,5% no 3.º trimestre). Segundo dados do INE, o contributo da procura externa líquida aumentou para 1,5% (0,6% no 3.º trimestre), devido sobretudo à aceleração das Exportações de Bens e Serviços em volume. Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,6% em termos reais (0,3% no 3.º trimestre).

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, em Dezembro de 2013, os 15,3%, representando uma descida de 1,6% face ao período homólogo de 2012, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE, bem como da zona euro. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados. No início de Janeiro de 2014 a taxa de desemprego jovem da Europa era de 23,4% e da zona euro 24,0%.

As Importações de Bens e Serviços aumentaram 2,8%, em volume, no ano de 2013, o que compara com uma redução de 6,6% no ano anterior. Esta evolução refletiu principalmente o crescimento das importações de bens em 3,2%, após a redução de 6,4% observada em 2012. As importações de serviços também recuperaram, passando de uma variação negativa em 2012 (-7,7%) para um aumento de 0,4%.

Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2013 fixou-se aproximadamente nos 4,7% do PIB, não levando em consideração o capital que o Estado injetou no Banif. Contando com esse apoio, o valor deve ter ficado próximo dos 5,1%. O teto acordado com a Troika, após ter sido revisto em 2013, era de 5,5% do PIB.

De acordo com informações provisórias da Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal subiu cerca de 13,1%, face a 2012. A receita de IRS cresceu 35,5% (em virtude do aumento generalizado das taxas e da reintrodução da sobretaxa). Na mesma linha o IRC cresceu 18,8%. A despesa do Estado subiu aproximadamente 4%, mesmo perante uma significativa redução da massa salarial na função pública.

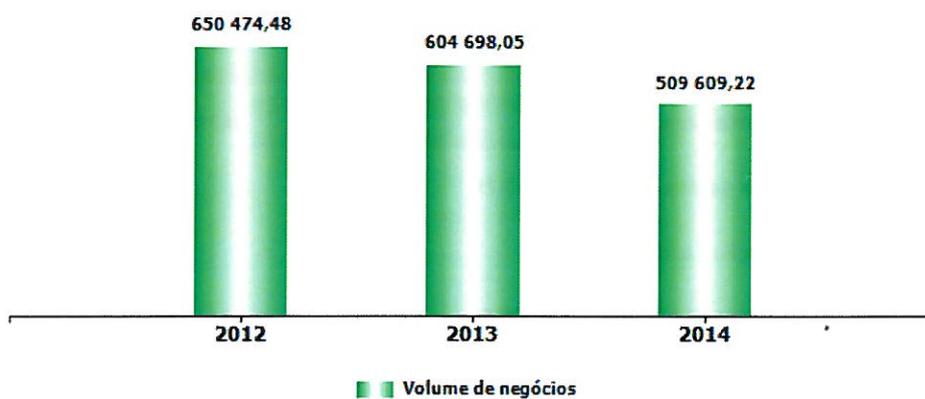
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2014 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 509 609,22 €, representando uma variação de (15,72%) relativamente ao ano anterior.

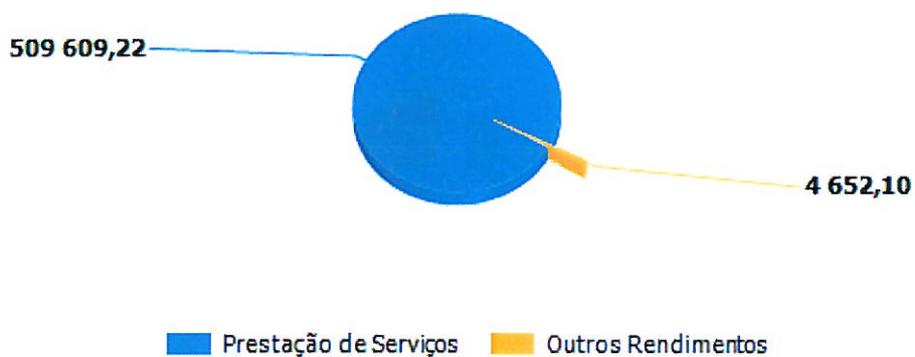
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

M

Evolução Vendas e Prestações Serviços



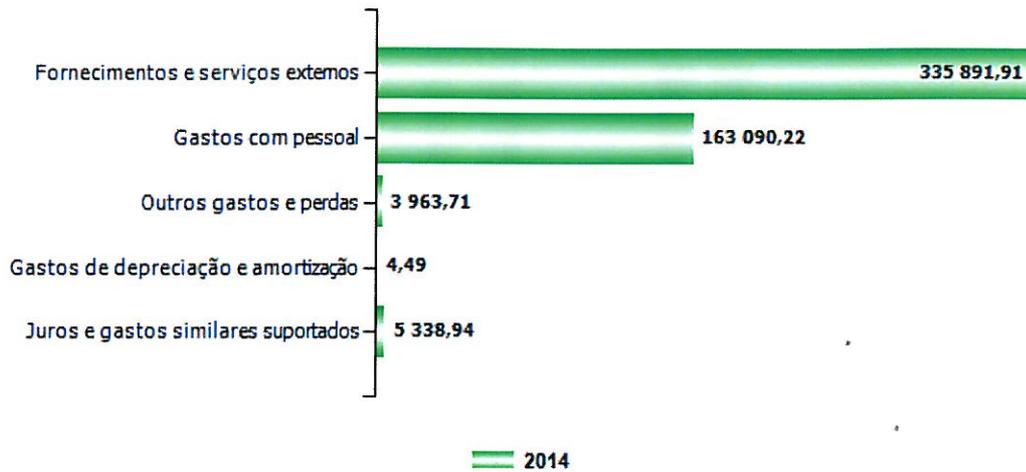
Estrutura de Rendimentos



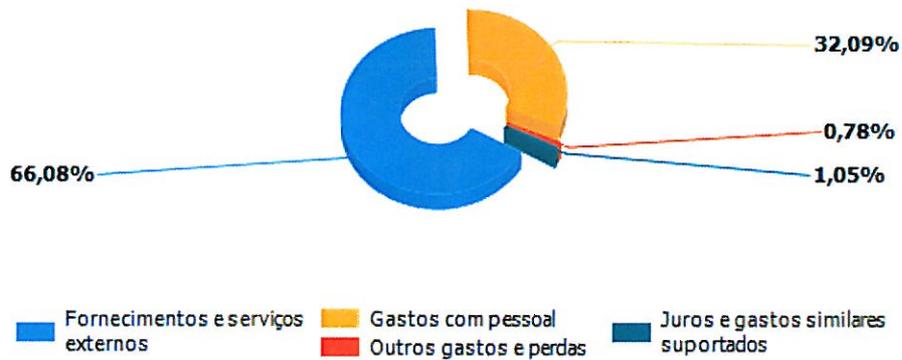
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

2

Estrutura de Gastos



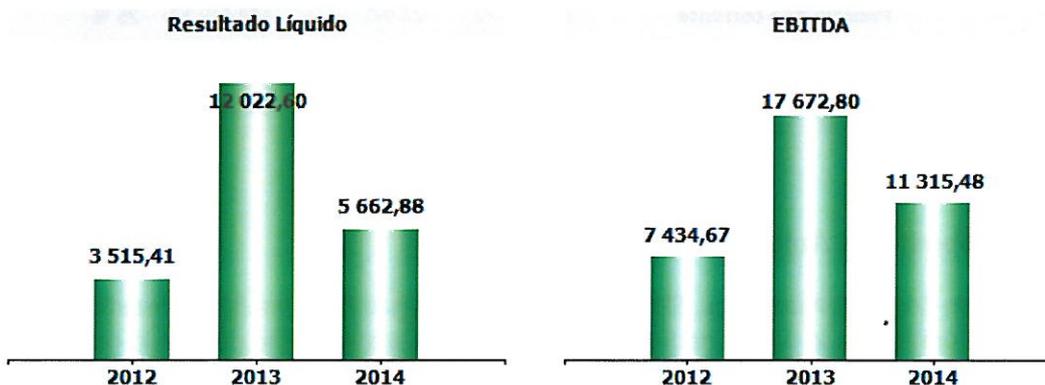
Estrutura de Gastos Percentual



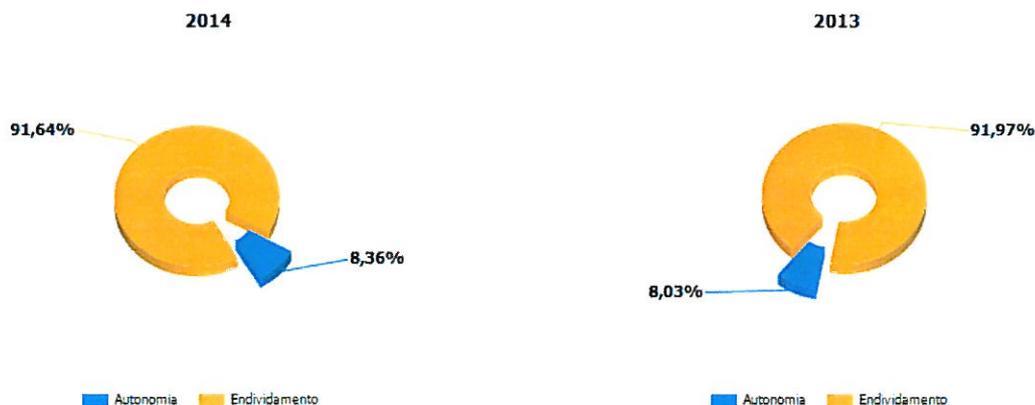
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2014	2013	2012
Gastos com Pessoal	163 090,22	118 986,87	116 901,06

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2014		2013	
Ativo não corrente	1 042,89	0 %	912,70	0 %
Ativo corrente	563 694,84	100 %	666 054,47	100 %
Total ativo	564 737,73		666 967,17	

RUBRICAS	2014		2013	
Capital Próprio	47 184,58	8 %	53 544,30	8 %
Passivo não corrente	150 884,72	27 %	169 612,12	25 %
Passivo corrente	366 668,43	65 %	443 810,75	67 %
Total Capital Próprio e Passivo	564 737,73		666 967,17	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A António Borges & Associados, SROC no período económico findo em 31 de dezembro de 2014 realizou um resultado líquido de 5 662,88€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2014
Resultados Transitados	5 662,88

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2015 se inicie uma ligeira recuperação da economia. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2015-2016, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

A projeção da atividade económica para o período 2014-2015 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do rendimento. A contração da atividade económica é suavizada pela evolução relativamente favorável das exportações. O consumo privado deverá crescer 0,6% no último trimestre de 2013 (-0,9% no 3º trimestre), sendo fundamentalmente este o fator que alavancou o crescimento da procura interna. De referir ainda que o consumo público registou um crescimento de 0,1% em volume no 4.º trimestre de 2013 (-1,3% no 3.º trimestre), sendo notória uma tendência de decréscimo do investimento público. De acordo com o Banco Central Europeu (BCE) espera-se que o crescimento real do PIB se aproxime dos 1,2% em 2014, 1,5% em 2015 e 1,8% em 2016. O Banco de Portugal no seu Boletim de Inverno (de 2013) corrobora a projeção de que a partir do final de 2013, e ao longo do horizonte de projeção restante (2014 e 2015), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. No restante horizonte de projeção existem riscos de uma menor recuperação da atividade, resultantes da possibilidade

de uma evolução mais desfavorável do enquadramento externo, com reflexo nas exportações, bem como de uma menor recuperação da procura interna. Em particular, o consumo privado poderá registar em 2014 uma recuperação mais moderada, tendo em conta que a atual projeção aponta para uma diminuição da taxa de poupança, em contraste com o observado em 2012. Para 2015, persiste igualmente um risco descendente para a procura interna, uma vez que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental para além das incluídas no Orçamento de Estado para 2014. Não obstante a possibilidade de uma evolução menos favorável da procura, os riscos para a inflação em 2014 e 2015 consideram-se globalmente equilibrados.

A alteração profunda da composição da despesa, nomeadamente a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. O Banco de Portugal prevê que esta tendência se venha a manter, levando a um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projeta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respetivamente, após décadas de défices crónicos. As exportações líquidas tenderão a reduzir-se no horizonte previsional do Banco de Portugal.

Assim sendo, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Apesar de se antecipar uma desaceleração em 2013, num quadro de virtual estagnação da procura externa, deverá ser seguida de uma aceleração em 2014.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma ténue estabilização deste indicador, contudo é difícil indagar um número minimamente convergente visto que os indicadores de diferentes instituições apresentam valores por vezes bastante díspares (no Orçamento do Estado para 2014 o Governo antevia uma taxa de desemprego de 17,7% para 2014, enquanto que a Comissão Europeia e a OCDE apontam os valores de 16,8% e 16,1%, respetivamente).

No que concerne à inflação, Portugal deverá manter o crescimento dos preços dos bens e serviços próximo de 1 ponto percentual em 2014.

Depois de uma expressiva contração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que em 2012 se situou na ordem dos 14,4%, ficando 3,4% acima da contração verificada em 2011, os atuais dados confirmam a redução mais suave em 2013, na ordem dos 8,4%, sendo prevista uma recuperação de 1,0% em 2014. Este padrão de evolução é transversal a todos os setores institucionais, sendo as perspetivas ainda muito incertas quanto ao futuro próximo. Em 2014 antecipa-se um aumento do investimento, num contexto de recuperação da procura externa e gradual aumento da procura interna.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2013, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2013 e

M2

2014, só deverá ser revertido em 2015. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados. A reforma do IRC é também apontada como um fator potenciador da atratividade económica do país ao investimento nacional e internacional, bem como à manutenção da viabilidade económica e financeira de muitas empresas do nosso tecido empresarial.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal, mantendo um consenso institucional e de coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém devido à proximidade do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda à saída portuguesa do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que condições as praças financeiras estarão dispostas a apoiar Portugal no período imediatamente posterior à saída da Troika.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e o agravamento da situação da economia nacional, à semelhança do que foi analisado para 2013 prevê-se uma redução ao nível da actividade futura, sobretudo em consequência da redução do número de clientes por via de transformações, reestruturações ou dissoluções.

6 - Outras Informações

A António Borges & Associados, SROC não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2013.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

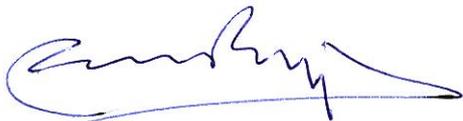
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da António Borges & Associados, SROC.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015

A Administração,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'António Borges', written over a horizontal line.